

Nilson Ghirardello

O Codepac e a Luta pela Preservação de Edifícios Modernos em Bauru – SP

Resumo

Este trabalho aborda a atuação do CODEPAC, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru, no estudo e preservação de edifícios modernos na cidade de Bauru. Inicia uma discussão sobre os motivos da difícil aceitação desses tombamentos pela população, bem como apresenta e analisa os três imóveis modernos, em vias de tombamento.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru, CODEPAC, instituído por Lei Municipal de número 3.486/92, desde sua primeira reunião, no início do ano de 1996, tem lutado pela preservação de edifícios de interesse para a cidade. Foi elaborado, pelo Conselho, durante o ano de 1996, uma lista preliminar contendo 32 bens ou conjuntos de bens significativos para a História de Bauru, cidade com 103 anos de idade. A lista, eclética, inclui edifícios de importância histórica, cultural ou arquitetônica, que abrangem aspectos ligados às várias tipologias, épocas e atividades locais: comércio, serviços, indústrias, hospitais, igrejas, residências, escolas, estações, etc. Alguns dos bens listados possuem mais de uma “qualidade” para preservação, muitos são de importância histórica e cultural, outros de relevo arquitetônico e histórico, porém optamos por aqueles de maior integridade física ou que possibilitassem futuro restauro.

Com a divulgação pública da lista, no final do ano de 1996, observamos que a reação da comunidade foi bastante positiva, à exceção de três exemplares para nós de grande importância: o prédio da Prefeitura Municipal, outro pertencente ao INSS e um edifício residencial, todos, e os únicos elencados até o momento, de arquitetura modernista, projetados entre os anos 1950 e 1970.

A rigor, o CODEPAC já esperava tal reação, visto que alguns de seus membros, particularmente aqueles mais conservadores, mostraram-se receosos com a preservação de bens modernos por julgá-los... modernos!

Consideramos que a população em geral, e mesmo boa parte da mídia, tem como bens passíveis de tombamento apenas aqueles que claramente evoquem um passado distante. A arquitetura moderna, mesmo que às vezes construída há mais de 50 anos, não traz essa imagem.

Mesmo a arquitetura art-déco ou aquela de ecletismo tardio, portanto quase contemporânea aos primeiros exemplares modernistas, são mais bem aceitas.

É uma visão equivocada e saudosista que temos tentado reverter, porém dependerá de muita educação, conscientização e creio que rapidamente não conseguiremos efeito desejado.

Outra questão que se coloca é a relação entre edifício “tombável” e ornamentação. A ornamentação, mesmo que às vezes carregada, de mau gosto e sem boa composição, parece ser um “passaporte” para o convencimento da comunidade sobre a preservação do bem. Mesmo que tais elementos sejam pré-fabricados, portanto, distantes do artesanato.

A arquitetura moderna por sua vez, despojada da ornamentação e do artesanato, baseia-se em outros pressupostos, entre eles a indústria, mais difíceis de serem entendidos pelo cidadão comum. Por outro lado, embora com graus de qualidade diversos, nossas cidades são em grande parte constituídas por essa arquitetura. Então, pensa-se, por que preservar algo tão comum e corriqueiro? Porém, sabemos nós, principalmente os arquitetos e especialistas, que realmente a boa arquitetura é uma pequena fração do todo construído, e, é claro, achamos que só essa deve ser preservada por lei específica.

Abaixo gostaríamos de apresentar, aos participantes do III SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, os três edifícios modernos inicialmente elencados para preservação na cidade de Bauru-SP, bem como tecer alguns comentários sobre suas qualidades arquitetônicas.

Processo nº 18032/96

Paço Municipal de Bauru

Praça das Cerejeiras, s/n

O prédio da Prefeitura Municipal de Bauru, projetado por Zenon Lotufo nos anos 1950 e inaugurado em 1957, é um dos melhores e mais característicos exemplares do movimento moderno existentes na cidade.

O edifício, um longo prisma constituído originalmente de térreo e mais dois pavimentos, está localizado numa praça de forma quadrada de quase 8.000m² e ocupa boa parte de uma de suas faces, na cota mais alta do terreno.

Inicialmente, o projeto previa, na parte frontal, independentemente do edifício principal e contrastando com sua forma prismática, uma “casca” de concreto e marquises, onde funcionaria a Câmara Municipal de Bauru, obras jamais iniciadas, e que certamente completariam o conjunto.

O edifício projetado por Lotufo constitui-se numa lição dos “Cinco Pontos de uma Nova Arquitetura”, publicado por Le Corbusier e P. Jeanneret em 1926 (Benévolo, 1976). É composto por pilotis, planta-livre, janelas longas, fachadas livres envidraçadas e teto jardim (atualmente descaracterizado por um andar sobressalente). Como último detalhe, que reporta ao edifício do

Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, os brise-soleil em forma de asa de avião (Bruand, 1981).

Por mais que sua concepção, atualmente, nos sugira um certo esquematismo formal, é fundamental sua preservação (e restauração), devido motivos situados em duas escalas: aquela da arquitetura moderna no Brasil, afinal a obra é projeto de um arquiteto de relevo nacional (Revista AU, 1998), sintonizado com sua época e dotado de perfeito domínio de seus paradigmas projetuais. Na escala local, devido ser marco arquitetônico, símbolo da ocupação de um dos novos setores urbanos e inspiração para outras tantas obras (algumas não tão bem sucedidas) na cidade e região.

Processo nº 18040/96

Condomínio Edifício Brasil-Portugal

Avenida Nações Unidas, 11-35 – Centro

O Edifício Brasil-Portugal, de autoria do arquiteto português, radicado no Brasil, Fernando Pinho, foi projetado em 1961 e finalizado em 1964. É obra extremamente significativa para a cidade de Bauru devido suas qualidades de implantação, espaciais, construtivas e tipológicas. Destinado a uma classe média em ascensão, que iniciava o costume de morar em condomínios verticais, foi implantado, não no centro histórico, como os demais edifícios para essa finalidade, mas em direção aos novos bairros residenciais que se formavam naquele momento.

A convivência de apartamentos de várias dimensões, bem como a largueza de suas proporções, também são parte de suas características,

“... os seus espaços internos são generosos e o pé direito também, como se a casa agora estivesse disposta uma sobre as outras.” (Sampaio Alves, 1996).

Sua implantação no lote de esquina é absolutamente original, em diagonal a duas avenidas que lhe dão distanciamento de visuais, imponência e sobretudo recuo compatível com sua altura. Definitivamente, tal construção é parte integrante desse importante entroncamento, bem como marco para a cidade como um todo, até nos dias atuais, quando a densidade de edifícios é bem maior.

Na escala do pedestre possui junto ao acesso principal, efetivado por rampas, um pequeno jardim circular elevado que estabelece para o edifício um estar verde debruçado sobre a vida urbana e uma transição entre os gabaritos do entorno, particularmente os da época de sua construção e seus doze andares.

Ao contrário dos demais prédios residenciais da cidade, nesse período, não era uma caixa retangular, maciça, no alinhamento, pesadamente presa ao solo, com poços de iluminação internos, e sim, uma alta, delgada, policromada e inovadora estrutura articulada por elaborada

envazadura em suas duas faces principais e despregada do solo por um pavimento de garagens e outro de uso comum.

“o volume prismático simples que envolve toda a riqueza de cheios e vazios das fachadas, e que não se perturba ou se deixa prejudicar pela riqueza no tratamento dos elementos de caixilhos, parapeitos, etc.; elevada do solo pelo contraste do jogo de linhas curvas do tratamento da entrada principal do prédio e também pelo tratamento diferenciado do pavimento térreo, que permitiu leveza estética de todo prédio, demonstra não só um espírito racional moderno da obra, mas certamente a qualidade e o controle estético do autor sobre o projeto.” (Sampaio Alves, 1996)

Processo nº 18043/96

Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

Rua Azarias Leite, 1-75

O prédio do INSS, projetado na década de 1970, tem como um dos seus principais méritos, sua implantação, ao lado de um viaduto que liga o centro da cidade de Bauru ao Jardim Bela Vista.

Grosso modo, podemos dizer que o edifício é constituído por dois blocos sobrepostos, um largo, maciço e baixo, que faz as vezes de base, e outro esguio e alto, que devido à localização citada acaba se tornando o corpo mais destacado e visível do conjunto. Este último bloco é estabelecido com um raro senso de leveza. Devido a estrutura independente, os balanços garantem um sombreamento a sua base, dando-se o mesmo em relação ao seu arremate constituído por uma grande e solta laje de cobertura.

Os andares, ainda, são magistralmente protegidos da insolação oeste por elementos vazados de barro que formam longas faixas horizontais balanceadas. Na face contrária, amplos caixilhos metálicos fechados por vidros e venezianas resolvem de forma precisa a ventilação e iluminação natural dos andares em planta livre.

O edifício do INSS, portanto, segue os “Cinco Pontos de Uma Nova Arquitetura”, porém trata-os de maneira mais inovadora, se o compararmos ao prédio da Prefeitura Municipal de Bauru, devido a utilização de materiais da tradição brasileira, como o elemento vazado de barro e a veneziana. Da mesma maneira inovadora se dá sua implantação e acessos, minuciosamente estudados conforme as particularidades do terreno, de esquina, estreito, em “L” e dotado de grande desnível, bem como sua relação com viaduto pré-existente. Mesmo a laje de cobertura não se aventura por formas amebóides, como boa parte de suas congêneres, é regular, e diferentemente dessas outras, toma quase toda a extensão da cobertura do edifício.

Bibliografia

- BENÉVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna, São Paulo, Perspectiva, 1976.
BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1981. Revista AU. Revista Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Pini, nº 76, fev./março 1998.
SAMPAIO ALVES, José Xaides de. Parecer sobre estudo de tombamento. Bauru, CODEPAC, 1996.

Currículo Resumido

DADOS PESSOAIS

Prof. Dr. NILSON GHIRARDELLO

Nascido em 04 de outubro de 1959

Nacionalidade brasileira Casado

RG 11.534.717

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Arquiteto graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1983.

Mestre em Arquitetura pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP, Departamento de Arquitetura e Planejamento, em 1992.

Doutor em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU-USP, em 1999.

EXPERIÊNCIA DE ENSINO

Professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da UNESP, Campus de Bauru. Ligado ao Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Leciona desde 1986.

Professor de História da Arquitetura e de História do Urbanismo.

PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS

Membro do CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Artístico do Estado, no biênio 1991/1993.

Presidente do CODEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru, para o quadriênio 1996/2000.

Endereços

RESIDÊNCIA: Rua Prof. Vicente M. P. Scaglione, 2-85; J. Samambaia, CEP 17046-080, Bauru-SP; Fone (0xx14) 234-1586

TRABALHO: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, s/n; Vargem Limpa, CEP 17033-360, Bauru-SP; Fone (0xx14) 221-6059/Fax (0xx14) 221-6054

[Sumário de Autores](#)

[Sumário](#)

[Sumário de Artigos](#)